

## STF poderá julgar a correção do FGTS nos próximos dias

---

Caio Prates

*Resultado do julgamento influencia rendimentos dos trabalhadores e também as operações do sistema financeiro feitas recursos do fundo*

O STF (Supremo Tribunal Federal) poderá retomar nos próximos dias o julgamento do processo de correção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O ministro Nunes Marques, após ter pedido vista do caso, devolveu a ação ao plenário e abriu caminho para que o processo seja pautado novamente e retorne à discussão da Corte. Mas o que isso realmente significa e quais são as implicações para os trabalhadores do País?

O FGTS é um direito dos trabalhadores brasileiros e é constituído por depósitos mensais feitos pelos empregadores em nome de seus funcionários. Segundo os especialistas, a correção desses depósitos é um tema de grande importância, uma vez que afeta diretamente o valor que os trabalhadores terão disponível quando sacarem seus fundos, seja para aposentadoria, compra de imóveis ou outras finalidades.

“O processo de correção do FGTS discutido no STF envolve a forma como a Caixa Econômica Federal realiza essa correção. Até 1999, a correção era feita com base na TR (Taxa Referencial) mais um percentual anual de 3%. No entanto, a partir de 1999, a TR começou a ser considerada insuficiente para repor a inflação, o que levou a discussões sobre a correção dos saldos do FGTS. Alguns defendem que a correção deveria ser feita por índices inflacionários mais altos, como o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)”, explica o advogado Mateus Freitas, do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

O advogado ressalta que o ministro Nunes Marques, em um movimento inesperado, pediu vista do processo de correção do FGTS quando o julgamento estava em andamento.

“Essa decisão adiou a conclusão do caso e gerou expectativas e especulações sobre seus motivos. A devolução do processo ao plenário indica que o ministro, após analisar o caso com mais profundidade, decidiu que o tema merece uma

discussão mais ampla e aprofundada. A decisão de devolver o processo de correção do FGTS ao plenário do STF tem implicações significativas para os trabalhadores e para o sistema financeiro. Primeiramente, ela cria a expectativa de que a questão será discutida de forma mais detalhada e que os argumentos a favor e contra a mudança na correção do FGTS serão mais bem examinados”, explica.

Para os trabalhadores, a correção do FGTS pode representar uma diferença substancial em seus saldos, especialmente ao longo de muitos anos de contribuição. Caso o STF decida pela correção com base em índices inflacionários mais altos, isso poderá resultar em um aumento significativo no valor disponível para os trabalhadores quando eles decidirem sacar os valores.

Por outro lado, para o sistema financeiro, uma decisão nesse sentido poderá ter impactos financeiros consideráveis, uma vez que os recursos do FGTS são utilizados em investimentos e financiamentos habitacionais. A correção com base em índices mais elevados poderia gerar custos adicionais para as instituições financeiras.

“A devolução do processo de correção do FGTS ao plenário da Corte Superior poderá definir o rumo final ao tema. À medida que o caso avança, é fundamental que os interesses dos trabalhadores e do sistema financeiro sejam considerados de maneira equilibrada, para que uma decisão justa e equitativa seja alcançada. Afinal, o FGTS é um direito fundamental dos trabalhadores brasileiros e a forma como ele é corrigido tem impacto direto em suas vidas e futuros financeiros”, analisa o advogado João Badari.

#### Ministério do Trabalho quer implementar sistema digital

O Ministério do Trabalho e Emprego iniciou no mês passado a fase de testes do sistema FGTS Digital, que vai substituir o atual envio de informações do FGTS dos empregados pelas empresas, atualmente realizado pelo sistema Conectividade Social/Caixa.

Em nota, a pasta informou que a implementação do FGTS Digital – prevista para janeiro de 2024 – vai representar avanços no processo de cumprimento da obrigação do FGTS. Pelo atual sistema, o empregador gasta cerca de 34 horas/mês para o preenchimento. A expectativa é reduzir para 25 horas com o uso do FGTS Digital, que vai utilizar dados do eSocial.

Entre os principais benefícios citados pelo ministério estão a eliminação de burocracia e custos adicionais, a diminuição de custos e a digitalização dos serviços, com agilidade e automatização dos procedimentos.

Para preparar as empresas para o novo processo de envio, a Secretaria de Fiscalização do Trabalho iniciou o processo de capacitação que vai até o fim do ano. A fase de testes estará disponível para empresas do Grupo I do eSocial, com faturamento até R\$ 78 milhões, totalizando cerca de 20 milhões de empresas.

A partir de 16 de setembro, a capacitação estará disponível para as demais empresas. “É uma oportunidade para que as empresas ajustem os processos internos e verifiquem se estão declarando corretamente as bases de cálculo do FGTS nas folhas de pagamento do eSocial”, destacou o ministério.

Todas as empresas terão até 10 de novembro para finalizar os testes e até o fim do ano para análise da correção dos dados que irão informar no novo sistema. “O que for gerado no FGTS Digital nesse período é uma simulação, valendo apenas o que for informado a partir de 1º de janeiro”, informou o Ministério do Trabalho por nota.

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4043221/stf-podera-julgar-a-correcao-do-fgts-nos-proximos-dias>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP